

**17. ABERTURA DO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA –
PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E À TABELA DE
PREÇOS ANEXAS AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO
DE BRAGA:**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, abertura do período de consulta pública, pelo prazo de 30 dias, nos termos previstos no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, a proposta de alteração à Tabela de Taxas e à Tabela de Preços. Têm anexa a fundamentação económico-financeira que suporta a proposta de alteração.

PROPOSTA

A 56 Entro.
20 10 06

Como é amplamente conhecido, a fixação de taxas municipais passou, desde a publicação do respetivo Regime Financeiro (Lei nº53-E/2006 de 29 de Dezembro) a ser regulada segundo as normas da referida Lei.

Nos termos do seu artigo 8º, ficou expresso o seguinte:

- 1 - As taxas das autarquias locais são criadas por regulamento aprovado pelo órgão deliberativo respectivo.
- 2 - O regulamento que crie taxas municipais ou taxas das freguesias contém obrigatoriamente, sob pena de nulidade:
 - a) A indicação da base de incidência objectiva e subjectiva;
 - b) O valor ou a fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar;
 - c) A fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local;

No Município de Braga o estudo de fundamentação económico-financeira das taxas municipais data de Outubro de 2008 e, nos termos do respetivo relatório, a sua base contabilística assentou no quadro do controlo da despesa relativo ao ano de 2007, a partir do qual foi construída a matriz de custos de cada serviço municipal.

A partir de tal data a atualização das taxas foi anual e com base nos Índices de inflação.

Resulta, assim, que os custos calculados e que serviram de base à fixação das taxas datam de há 12 anos atrás, sendo que será unanimemente aceite que a realidade hoje será naturalmente diversa da existente em 2008.

Aproveitando a empreitada de reabilitação do mercado municipal de Braga, não apenas em termos arquitetónicos como de valências, funcionalidades e condições que os diversos agentes passarão a possuir, entende-se também reatualizar os valores das taxas e preços praticados naquela infraestrutura, aproximando-se mais da realidade.

Neste sentido os serviços financeiros do Município procederam a um estudo de natureza económico-financeira, que acompanha esta proposta, de forma que este Executivo possa aprovar uma nova tabela, que será depois submetida à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 25º e da alínea e) do artigo 33º, ambos da Lei nº75/2013 de 12/Setembro.

Conforme resulta da análise da proposta, a mera aplicação de taxas e preços que refletissem apenas e tão só os custos projetados para a exploração, no sentido de assegurar o respetivo equilíbrio, seria impensável porque iria onerar insuportavelmente as “rendas” a pagar pelos agentes em atividade. Por isso, com o objetivo de recuperar alguns custos e ao mesmo tempo cobrar taxas e preços perfeitamente exequíveis e mais consentâneos com as novas funcionalidades e qualidade do espaço que colocaremos à disposição de todos os agentes económicos envolvidos –comerciantes e público–, propomo-nos assumir parte dos custos envolvidos, aplicando reduções (benefícios sociais) aos preços a praticar.

Assim, PROPONHO a este Órgão Executivo Municipal que, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo submeta a consulta pública:

a) Proposta de alteração ao artigo 71.º da Tabela de Taxas Municipais;

b) Proposta de alteração ao artigo 10.º da Tabela de Preços,

Ambas anexas ao Código Regulamentar do Município de Braga.

Braga, 29 de Setembro de 2020

A Vereadora,



(Dra. Olga Pereira)

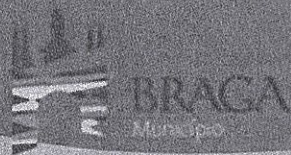
ANEXO I

Artigo 71º da Tabela de Taxas e Licenças

Designação da Taxa	Taxa Atual	Custo	Taxa a praticar	Benefício Auferido pelo Particular	Cuto Social suportado pelo Município	Desincentivo
1. Lojas interiores - por m² ou fração e por mês						
1.1 Talhos	5,95	15,95	10,37	1,00	0,35	
1.2 Alimentar e outros (piso 1 e terrado)	5,95	15,95	9,57	1,00	0,40	
2. Lojas exteriores - por m² ou fração e por mês	8,00	15,95	10,37	1,00	0,35	
3. Bancas - por m2 ou fração e por mês						
3,1 Banca (terrado e peixaria)	10,55	15,95	12,76	1,00	0,20	
3,2 Banca (setores O, P, M e N)	10,55	15,95	13,56	1,00	0,15	
3,3 Banca (com exposição vertical)	10,55	15,95	14,36	1,00	0,10	
4. Ocupação de instalações de apoio - por m2 ou fração e por mês	3,95	15,95	4,79	1,00	0,70	
5. Terrado, incluindo animais vivos, por m2 ou fração e por dia	2,65	0,53	2,66	5,00		

Artigo 10º da Tabela de Preços

Designação do Preço	Preço Atual	Custo	Preço a praticar	Benefício Auferido pelo Particular	Cuto Social suportado pelo Município	Desincentivo
1. Utilização dos frigoríficos :						
1.1. Guarda de volumes e gamelas - por m3 ou fração e por mês	17,10	15,95	14,36	1,00	0,10	
1.2. Ganchos - por cada gancho e por mês ou fração	6,60	6,60	6,60	1,00		
2. Utilização dos frigoríficos - por m2 ou fração e por dia	0,80	0,53	1,02	1,92		
3. Abertura extraordinária de frigoríficos - cada abertura	0,80	4,57	20,57	1,00		3,50
4. Venda de gelo - por cada kg	0,08	0,05	0,09	1,70		



Fundamentação Económico-Financeira

Taxas e Preços do Mercado Municipal de Braga

Direção Municipal de Gestão

Departamento Financeiro

Setembro de 2020

1. INTRODUÇÃO

As taxas das autarquias locais são tributos que redundam da prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição das autarquias locais, nos termos da Lei. O valor das taxas das autarquias locais é fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade e não deve ultrapassar o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular.

As taxas são tributos que têm um carácter bilateral sendo a contrapartida :

- Da prestação de uma actividade pública
- Da utilização de bens do domínio público
- Da remoção dos limites jurídicos à actividade dos particulares

O valor das taxas devem , então , ser calculados em função do :

- Custo da actividade pública local
e/ou
- Benefício auferido pelo particular

Respeitando a necessária proporcionalidade , o valor das taxas pode ser fixado com base em critérios de desincentivo ou incentivo à prática de determinados actos ou operações .

As taxas das Autarquias Locais encontram-se tipificadas no artigo 6º da Lei nº53-E/2006 de 29 de Dezembro . Incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela actividade dos municípios, designadamente:

- a) Pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas primárias e secundárias;
- b) Pela concessão de licenças, prática de actos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular;
- c) Pela utilização e aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal;
- d) Pela gestão de tráfego e de áreas de estacionamento;

- e) Pela gestão de equipamentos públicos de utilização colectiva;
- f) Pela prestação de serviços no domínio da prevenção de riscos e da protecção civil;
- g) Pelas actividades de promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental;
- h) Pelas actividades de promoção do desenvolvimento e competitividade local e regional.

As taxas municipais podem também incidir sobre a realização de actividades dos particulares geradoras de impacto ambiental negativo.

O novo regime geral das taxas das autarquias locais , aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro , previa que as taxas em vigor à data da sua publicação deveriam ser revistas em conformidade com aquele pilar normativo até ao início do exercício de 2009, conforme dispunha o artigo 17º daquele diploma.

No Município de Braga o estudo de fundamentação económico-financeira data de Outubro de 2008 e, nos termos do respetivo relatório, a sua base contabilística assentou no quadro do controlo da despesa relativo ao ano de 2007, a partir do qual foi construída a matriz de custos de cada serviço municipal.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Constitui objetivo do presente trabalho caracterizar e delimitar a matriz de custos relativos ao mercado municipal de Braga, tendo por objetivo determinar e suportar a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos diretos e indiretos , os encargos financeiros, amortizações e outros.

Conforme ficou já referido o valor das taxas das autarquias locais é fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade e não deve ultrapassar o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular.

O critério básico adotado para a determinação dos valores a cobrar nas taxas a praticar no mercado municipal e também o custo social suportado pelo Município , fatores de eventuais incentivos e/ou desincentivos e o benefício auferido pelo particular.

3. METODOLOGIA DE DETERMINAÇÃO DE TAXAS

De uma forma simplista poderemos dizer que as taxa a suportar pelo utente do serviço público autárquico terá de incorporar os seguintes custos :

- Custos administrativos de emissão da taxa que resultam de todo o procedimento administrativo inerente à emissão da mesma;
- Custos técnicos de emissão da taxa que resultam dos procedimentos de natureza técnica (pareceres, cálculos e outros) necessários para emissão de algumas licenças e autorizações;
- Custos de decisão, i.é., os períodos que os agentes decisores (Câmara Municipal e membros da Câmara) destinam à tomada de decisão;
- Custos específicos, ou seja, os custos que derivam de casos específicos característicos de algumas taxas nomeadamente as taxas urbanísticas mas também outras taxas que além dos custos antes referidos exigem outros custos como por exemplo custos com maquinaria e equipamentos cedidos, instalações disponibilizadas, etc.

No caso em estudo –taxas a aplicar no mercado municipal– os custos foram calculados na base de custos padrão por unidade m^2 , considerando-se a vida útil dos equipamentos e infraestruturas definidas no D.L.192/2015 de 11 de Setembro. Não foi considerada qualquer taxa para remuneração de rendimentos.

4. ANÁLISE HISTÓRICA

Como anteriormente foi referenciado a fundamentação económico-financeira das taxas do Município de Braga foi realizada em 2008, com base no controlo de despesa referente ao ano de 2007 e porque a Autarquia não dispunha de contabilidade de custos.

À data foram identificados os custos alegadamente associados à infraestrutura, que totalizariam 264.300,50 €, e uma área de 7.289 m^2 . O custo médio/ m^2 /ano foi de 36,26 €.

Foram utilizados três processos : MC1 (custo médio/ m^2 anual), MC2 (custo médio/ m^2 mensal) e Ge01 (este relativo à determinação de um preço). Com base nos processos MC1 e MC2 foram fixadas as taxas a aplicar no mercado e com base no processo Ge01 foi fixado o preço de venda do gelo.

Com base na fundamentação económico financeira elaborada em 2008, assente nos pressupostos anteriormente referenciados, foi construída a Tabela de Taxas e Licenças do Município de Braga, aprovada na reunião do Órgão Executivo do dia 27 de Novembro de 2008.

5. SITUAÇÃO ATUAL

Em 2016 o Município viria a desenvolver um projeto designado por “Código Regulamentar do Município de Braga”, tendo efetuado algumas alterações ao documento referido no parágrafo anterior. Atualmente, a estrutura da Tabela de Taxas e Licenças na parte respeitante ao Mercado Municipal é a expressa no quadro seguinte:

Estrutura da Tabela de Taxas e Licenças

Rubricas	Tipo de Processo	Taxa €	Benefício ¹	Custo Social ²
1. Lojas interiores - por m ² e por mês	MC1	5,95	0,70	
2. Lojas exteriores, por m ² e por mês	MC1	8,00	1,25	
3. Bancas e outras instalações - por m ² e por mês :	MC1			
3.1. Bancas ou terrados		10,55	2,00	
3.2. Instalações destinadas a armazém		3,95		
4. Terrado, por m ² ou fração e por dia	DFXX	2,65		0,94
5. Terrado -Feira dos Passarinhos - por m ² ou fração e por dia	DFXX	1,05		0,97

Para além da Tabela de Taxas e Licenças existe também a denominada “Tabela de Preços e Outras Receitas Municipais” onde se incluem os preços a cobrar pela Autarquia. Relativamente ao Mercado Municipal podemos encontrar os seguintes preços :

Estrutura da Tabela de Preços e Outras Receitas Municipais

Rubricas	Preço €
1. Utilização dos frigoríficos - por m ² e por mês :	
1.1. Guarda de volumes e gamelas, por m ³ e por mês	17,10
1.2. Gancho, por mês	6,60
2. Utilização dos frigoríficos - por m ² ou fração e por dia	0,80
3. Abertura extraordinária de frigorífico	0,80
4. Venda de gelo - por cada 15 kg	1,25

Analisando a tabela de preços supra transcrita, parece existir uma incorreção no ponto “1. Utilização dos frigoríficos - por m² e por mês”. Na realidade, afigura-se-me inexequível ou de pelo menos de aplicação muito difícil a conjugação da taxa em função da regra explícita no ponto 1. e simultaneamente no ponto 1.1. !

¹ Agravamento considerado em 2016

² Prejuízo considerado em 2016

De todo o modo, esta estrutura de taxas e preços permitiu ao Município de Braga arrecadar, em 2019, segundo os dados fornecidos pelos serviços da DCFAR, um total de 165.026,16 €.

A estrutura que lhe esteve subjacente foi a que se encontra expressa nos quadros seguintes:

Financiamento através de Taxas

Rubricas	Taxa €	Receita ³ 2019
1.Lojas interiores - por m ² e por mês	5,95	3.052,69
2.Lojas exteriores, por m ² e por mês	8,00	1.450,44
3.Bancas e outras instalações - por m ² e por mês :		
3.1. Bancas ou terrados	10,55	6.256,29
3.2. Instalações destinadas a armazém	3,95	1.278,16
4.Terrado, por m ² ou fração e por dia	2,65	641,00
5.Terrado - Feira dos Passarinhos - por m ² ou fração e por dia	1,05	ND

Financiamento através de Preços

Rubricas	Preço €	Receita ³ 2019
1.Utilização dos frigoríficos - por m ² e por mês :		
1.1.Guarda de volumes e gamelas, por m ³ e por mês	17,10	355,25
1.2. Gancho, por mês	6,60	306,35
2.Utilização dos frigoríficos - por m ² e por dia	0,80	ND
3.Abertura extraordinária de frigorífico	0,80	ND
4.Venda de gelo - por cada 15 kg	1,25	412,00

6. ESTIMATIVA DE CUSTOS

Nos termos do disposto no Regime Geral das Taxas Municipais, a respetiva criação conterá obrigatoriamente, sob pena de nulidade :

- A indicação da base de incidência objetiva e subjetiva;
- O valor ou a fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar;
- A fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros,

³ Valor médio mensal

amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local;

Com base nos elementos disponibilizados procedeu-se à construção da matriz de custos estimados para o equipamento do mercado municipal :

Matriz de Custos Estimados

Custos	Montante €	Peso Relativo %
Pessoal	235.194,25	34,53
FSE	326.064,15	47,85
Manutenção	23.025,49	3,37
Financeiros	9.275,76	1,36
Administrativos	11.759,71	1,72
Amortizações	76.094,73	11,17
Total Custos	681.414,09	100,00

Este será, pois, o valor global de custos que se estima que o equipamento gerará e que, em princípio, deverá ser financiado pela área útil (área alocável), que é de 3.560 m².

Podemos, assim, com base nestes pressupostos, avançar agora para o cálculo dos custos médios, a partir dos quais podemos proceder à fixação das taxas a cobrar. Os custos calculados no quadro que seguidamente se apresenta assentam no pressuposto de um PB a fixar para a concessão da designada “Ala da Alimentação do Mercado Municipal” de 3.000,00 €/mês.

Custos Unitários Estimados para 2021

	Ano	Mês	Dia
Custo/m ²	191,41 €	15,95 €	0,53 €

7. APROXIMAÇÃO À ESTRUTURA DE TAXAS E PREÇOS

Estimados os custos unitários trata-se agora de passar à estrutura de taxas e preços. Julga-se por bem introduzir algumas pequenas alterações na estrutura de taxas

e preços atualmente existentes, com o objetivo de tornar mais claro e mais simples o articulado, bem como e sobretudo a respetiva aplicação e aderência práticas.

Quanto à formula de cálculo utilizada, teve em devida consideração o disposto na Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, nomeadamente o normativo constante do seu artigo 4º. Utilizou-se, então, a seguinte :

$$\text{Valor da Taxa} = TC \times B_{\text{Part}} \times (1 - C_{\text{Social}}) \times (1 + D_{\text{Desinc}})$$

Em que :

TC = total do custo

B_{Part} = Benefício auferido pelo particular

$1 - C_{\text{Social}}$ = Custo social suportado pelo Município

$1 + D_{\text{Desinc}}$ = Desincentivo à prática de certos atos ou operações

Concluindo, apresenta-se seguidamente o cálculo das taxas e preços teóricos (as que refletem os custos estimados) relativas aos artigos 71º e 10º, respetivamente, das Tabelas de Taxas e de Preços do Município de Braga em vigor :

Artigo 71º da Tabela de Taxas e Licenças

Designação da Taxa	Custo
1. Lojas interiores - por m ² ou fração e por mês	
1.1 Talhos	15,95
1.2 Alimentar e outros (pisos 1 e terrado)	15,95
2. Lojas exteriores - por m ² ou fração e por mês	15,95
3. Bancas - por m ² ou fração e por mês	
3,1 Banca (terrado e peixaria)	15,95
3,2 Banca (setores O, P, M e N)	15,95
3,3 Banca (com exposição vertical)	15,95
4. Ocupação de instalações de apoio - por m ² ou fração e por mês	15,95
5. Terrado, incluindo animais vivos, por m ² ou fração e por dia	0,53

Artigo 10º da Tabela de Preços

Designação do Preço	Custo
1.Utilização dos frigoríficos :	
1.1.Guarda de volumes e gamelas - por m3 ou fração e por mês	15,95
1.2.Ganchos - por cada gancho e por mês ou fração	6,60
2. Utilização dos frigoríficos - por m2 ou fração e por dia	0,53
3.Abertura extraordinária de frigoríficos - cada abertura	4,57
4.Venda de gelo - por cada kg	0,05

Estes valores de taxas e preços teóricos representam os montantes que aplicados à procura estimada (que por sua vez foi calculada com base em dados históricos) assegurariam, à partida, se se cumprirem os cenários considerados, o equilíbrio da exploração e as amortizações dos equipamentos e do edifício (descontado o financiamento comunitário obtido para a sua construção).

Braga, 30/Setembro/2020